

Sumário

AGRADECIMENTOS E DEDICATÓRIA	5
APRESENTAÇÃO DA SEGUNDA EDIÇÃO	7
LISTA DE ABREVIATURAS, ACRÔNIMOS E SIGLAS	9
I. BASES ESTRUTURAIS	19
1. Importância do tema e conceito de abuso do processo	19
2. Processo como instrumento ético.....	34
3. Segue: ética, boa-fé e deontologia.....	35
4. Responsabilidade processual, ilícitos processuais e sucumbência	41
5. Segue: estímulos e desestímulos aos comportamentos abusivos.....	46
6. Litigância improcedente, litigância infundada, litigância repetitiva, litigância de má-fé, litigância temerária, litigância predatória, litigância abusiva (associativa ou não) e litigância abusiva reversa: distinções terminológicas necessárias e pontos de contato	49
7. Plano de estudo	56
II. PERFIL HISTÓRICO	59
8. Introdução: relevância do estudo da história do abuso do processo	59
9. Direito romano	60
10. Direito medieval europeu (em especial direito visigótico)	79
11. Direito lusitano.....	86
12. Direito brasileiro anterior	99
13. Conclusão do capítulo	105
III. DIREITO E PROCESSO: ABUSO DE DIREITO E BOA-FÉ.....	107
14. Introdução: abuso do direito e boa-fé.....	107
15. Boa-fé objetiva como princípio e sua importância no processo	111
16. Preocupação sistêmica com a hipótese de exercício jurídico desproporcional.....	121

17. Construção dogmática brasileira em torno do abuso do direito, boa-fé e comportamento contraditório	126
18. Considerações iniciais sobre espécies operativas: <i>venire contra factum proprium</i> , <i>tu quoque</i> e <i>supressio</i>	129
19. Abuso de direito processual e litigância de má-fé. Necessária distinção	133
20. Boa-fé e limites ao exercício dos direitos processuais	140
21. Conclusão do capítulo	143
IV. ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO E PSICOLOGIA COMPORTAMENTAL NO ABUSO DO PROCESSO	145
22. Introdução	145
23. Análise econômica do direito	146
24. Análise econômica do direito processual	152
25. Análise econômica do abuso processual	163
26. Psicologia comportamental no direito processual	169
i. Limites à análise econômica do direito e bases da psicologia comportamental	169
ii. Perseguição ou efeito intimidatório processual (“stalking processual”, “chilling effect” ou “vexatious litigation”)	171
iii. Personalidade querelante	172
27. Conclusão do capítulo e perspectivas de encaminhamento: de lege lata e de iure condendo	174
V. NOVAS TECNOLOGIAS FRENTE AO ABUSO DO PROCESSO	177
28. Alocação de recursos no combate ao abuso do processo com as novas tecnologias	177
29. Preocupação institucional do Estado brasileiro frente ao abuso do processo	179
30. Ferramentas tecnológicas, incluindo inteligência artificial, para a contenção do abuso do processo	185
31. Abuso do processo na tutela de direitos coletivos e papel das novas tecnologias	190
32. Conclusão do capítulo	193
VI. DEVERES PROCESSUAIS E SANÇÕES PROCESSUAIS	197

33. Introdução.....	197
34. Exposição dos fatos conforme a verdade (77, inc. I).....	201
35. Não formular pretensão ou apresentar defesa quando cientes de que são destituídas de fundamento (art. 77, inc. II).....	203
36. Não produzir provas e não praticar atos inúteis ou desnecessários à declaração ou à defesa do direito (art. 77, inc. III).....	205
37. Cumprir com exatidão as decisões jurisdicionais, de natureza provisória ou final, e não criar embaraços à sua efetivação (art. 77, inc. IV e art. 139, inc. IV)	207
38. Segue: cumprimento de decisões pelo representante (art. 77, § 8º)...	209
39. Declinar endereço residencial ou profissional e manter atualizados os dados cadastrais (art. 77, incs. V e VII).....	212
40. Atentado (art. 77, inc. VI).....	214
41. Atos atentatórios à dignidade da justiça e multa processual por seu descumprimento.....	216
42. Contempt of court	218
43. Utilização de expressões ou condutas ofensivas (art. 78, caput e §1º).....	220
44. Conclusão do capítulo	221
VII. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ	223
45. Introdução.....	224
46. Deduzir pretensão ou defesa contra texto expresso de lei ou fato incontroverso (art. 80, inc. I)	229
47. Alterar a verdade dos fatos (art. 80, inc. II). Omissão culposa. Dever de sinceridade e completude.....	232
48. Usar o processo para conseguir objetivo ilegal (CPC, art. 80, inc. III).....	238
49. Opuser resistência injustificada ao andamento do processo (art. 80, inc. IV)	240
50. Proceder de modo temerário em qualquer incidente ou ato do processo (CPC, art. 80, inc. V).....	242
51. Provocar incidente manifestamente infundado (CPC, art. 80, inc. VI).....	244
52. Notas preliminares do abuso do exercício do direito de recorrer	245
i. Introdução.....	245

ii. Recurso com intuito manifestamente protelatório (CPC, art. 80, inc. VII)	247
iii. Agravo interno manifestamente inadmissível ou improcedente (CPC, art. 1.021, §§ 4º e 5º)	247
iv. Embargos de declaração manifestamente protelatórios (CPC, art. 1.026, §§ 2º a 4º).	251
53. Litigância de má-fé na arbitragem (Lei nº 9.307/96, art. 27)	254
54. Multa e perdas e danos por litigância de má-fé	256
55. Conclusão do capítulo	261
VIII. ATOS ATENTATÓRIOS À DIGNIDADE DA JUSTIÇA	263
56. Introdução	264
57. Atos atentatórios à dignidade da justiça e a atuação preventiva ou repressiva de qualquer ato contrário à dignidade da justiça (art. 139, inc. III)	267
58. Não cumprir com exatidão as decisões jurisdicionais, de natureza provisória ou final, e não criar embaraços à sua efetivação (art. 77, incs. IV c/c §§ 1º, 2º, 3º, 4º e 5º)	268
59. Praticar inovação ilegal no estado de fato de bem ou direito litigioso (art. 77, incs. VI c/c §§ 1º, 2º, 3º, 4º, 5º e 7º)	269
60. Depositário infiel (CPC, art. 161, parágrafo único) e curador infiel (CPC, art. 739, § 2º)	272
61. Não comparecimento injustificado à audiência de conciliação (CPC, art. 334, § 8º)	273
62. Fraudar a execução (CPC, art. 792 c/c art. 774, inc. I) na pendência de processo de conhecimento ou executivo. Desconsideração da personalidade jurídica e fraude (CPC, art. 137)	279
63. Opor-se maliciosamente à execução, empregando ardis e meios artificiosos (CPC, art. 774, inc. II)	283
64. Dificultar ou embaraçar a realização da penhora (art. 774, inc. III) ..	284
65. Resistir injustificadamente às ordens judiciais (art. 774, inc. IV)	284
66. Não indicar quais são e onde estão os bens sujeitos à penhora e os respectivos valores, nem exibir prova de sua propriedade e, se for o caso, certidão negativa de ônus (art. 774, inc. V)	285
67. Suscitação infundada de vício na arrematação (CPC, art. 903, § 6º)	286

68. Embargos à execução manifestamente protelatórios (art. 918, parágrafo único)	288
69. Multa e outras sanções	288
70. Conclusão do capítulo	290
IX. ABUSO DO EXERCÍCIO DO DIREITO DE DEMANDAR	293
71. Introdução	293
72. <i>Sham litigation</i> e sua aplicação no Brasil	296
73. Abuso de demandar, pressupostos processuais e condições da ação. Em especial: abuso na escolha do foro	302
74. Abuso de demandar e fundamentos da petição inicial	316
75. Abuso de demandar e formulação do pedido	319
76. Controle judicial do abuso de demandar	321
77. Conclusão do capítulo	324
X. ABUSO DO PROCESSO NO CURSO DA RELAÇÃO JURÍDICA PROCESSUAL	325
78. Objeto do capítulo	325
79. <i>Venire contra factum proprium</i> no processo civil	326
80. Supressio no processo civil	334
81. <i>Tu quoque</i> no processo civil	338
82. Dever de mitigar o prejuízo (<i>duty to mitigate the loss</i>) no processo civil	340
83. Regra da eventualidade segundo à boa-fé	346
84. Abuso do direito e suas repercussões no processo: tutela da evidência	352
85. Encaminhamento necessário e conclusão do capítulo	359
XI. ABUSO DO PROCESSO NA DINÂMICA PROBATÓRIA	363
86. Objeto do capítulo	363
87. Admissibilidade da prova e suas limitações	365
88. Abusos na produção das provas	368
89. Valoração racional da prova	376
90. Segue. Valoração de provas em espécie	379
91. Segue. Valoração da prova emprestada e dever de coerência	383

92. Dever de veracidade e valoração das condutas processuais	386
93. Conclusão do capítulo	389
XII. ABUSO DO PROCESSO NO EXERCÍCIO DO DIREITO DE RECORRER	393
94. Objeto do capítulo	393
95. Interesse recursal e abuso na interposição do recurso	395
96. Segue: ausência de dialeticidade e revelação do abuso de recorrer..	397
97. Segue: proibições decorrentes da boa-fé e abuso de recorrer.....	403
98. Sanções ao abuso de recorrer	407
99. Desistência e abuso.....	410
100. Conclusão do capítulo	413
XIII. ABUSO DO PROCESSO E EXECUÇÃO.....	415
101. Objeto do capítulo	415
102. Responsabilidade do exequente e boa-fé.....	416
103. Deveres do executado e atos atentatórios à dignidade da justiça	421
104. Boa-fé e adoção de medidas executivas	425
105. Boa-fé e terceiros	432
106. Conclusão do capítulo	433
XIV. ABUSO DO PROCESSO EM PROCESSO AUTÔNOMO COM DECISÃO TRANSITADA EM JULGADO	435
107. Introdução.....	435
108. Processo fraudulento e processo simulado	436
109. Abuso do processo, ação rescisória e ação anulatória na arbitragem	442
i. Introdução.....	442
ii. Ação rescisória de decisão por prevaricação, concussão ou corrupção do juiz (CPC, art. 966, inc. I). Ação anulatória por prevaricação, concussão ou corrupção do árbitro (Lei nº 9.307/96, art. 32, inc. VI).	443
iii. Ação rescisória de decisão por juiz impedido ou por juízo absolutamente incompetente (CPC, art. 966, inc. II).....	447

iv. Ação rescisória de decisão que resultar de dolo ou coação da parte vencedora em detrimento da parte vencida (CPC, art. 966, inc. III).....	448
v. Ação rescisória fundada em prova cuja falsidade tenha sido apurada em processo criminal ou venha a ser demonstrada na própria ação rescisória (CPC, art. 966, inc. VI).....	451
110. Abuso do processo e coisa julgada obtida em fraude.....	453
111. Conclusão do capítulo	455
XV. EXERCÍCIO ABUSIVO DE PODERES PELOS JULGADORES	457
112. Considerações iniciais.....	457
113. Juiz estatal: deveres e sanções	461
i. Poderes-deveres dos julgadores e seu exercício abusivo.....	461
ii. Sanções aplicáveis e extensão da responsabilidade dos juízes.....	466
114. Juiz privado: deveres e sanções no âmbito da arbitragem.....	469
i. Fontes diferenciadas de deveres e regime de responsabilização do árbitro.....	469
ii. Conteúdo da imparcialidade e da independência do árbitro	474
iii. Dever de revelação: função e conteúdo	476
iv. Abuso de situação jurídica pelo árbitro: deixar de revelar nos parâmetros legais.....	479
115. Conclusão do capítulo	482
XVI. ABUSO DOS DIREITOS PROCESSUAIS E DEVERES DO ADVOGADO	483
116. Introdução.....	483
117. Ética e disciplina do advogado.....	488
118. Culpa grave, dolo e negligência	494
119. Proposições	498
XVII. ENCERRAMENTO	501
120. Conclusão	501
XVIII. BIBLIOGRAFIA	505